

## CPI faz nova tentativa de ouvir Francisco Lopes

Além das operações de socorro a dois bancos, ex-presidente do BC deverá ser questionado sobre suposta conta no exterior no valor de US\$ 1,67 milhão

A CPI do Sistema Financeiro pretende ouvir hoje, às 17h, o economista Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central. Ele dirigiu a instituição em janeiro, quando houve a desvalorização cambial e o BC montou a operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam. Se atender à convocação, será a segunda vez que Lopes comparece à CPI – em 26 de abril, ao se recusar a assinar o compromisso de só falar a verdade,



PÁGINA 3

ele foi detido pela Polícia Federal a pedido do presidente da comissão, senador Bello Parga.

Agora, o relator, senador João Alberto, pretende questionar o economista sobre a operação de ajuda aos bancos, uma suposta conta no exterior no valor de US\$ 1,67 milhão e contradições entre os depoimentos prestados no inquérito na Polícia Federal e à comissão de sindicância do Banco Central.



Francisco Lopes deverá ser questionado pelo relator da CPI sobre contradições entre depoimentos à Polícia Federal e ao Banco Central

## Projeto obriga escola a divulgar repetência

O plenário do Senado deve apreciar hoje projeto de lei que obriga os estabelecimentos de ensino fundamental e médio a divulgarem os índices de evasão e repetência. A proposta já foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

PÁGINA 2

C  
E

## Comissão define quem pode receber recursos públicos

PÁGINA 4

C  
A  
E

## Programação monetária entra na pauta

PÁGINA 4



Dráuzio Varella autografa o livro *Estação Carandiru* para o senador Antonio Carlos Magalhães

## Dráuzio Varella mostra o drama do presídio

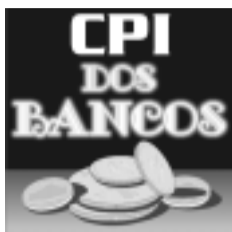
Superlotado e em más condições, o Carandiru é o retrato de um sistema que não consegue prevenir o surgimento de criminosos, punir os que enveredam pelo crime e recuperar os que são presos. O relato sobre as condições desumanas de um dos maiores presídios do Brasil foi feito ontem pelo médico e epidemiologista Dráuzio Varella perante os membros da Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Segundo ele, os poucos que se recuperam são os que aderem a uma religião.

PÁGINA 5



# Senadores ouvem Lopes hoje sobre queda do real

Economista Francisco Lopes era o presidente do Banco Central em janeiro, quando operação de “salvamento” de dois bancos acabou custando R\$ 1,7 bilhão aos cofres do BC. Depoimento está marcado para as 17h



Convocado pela segunda vez, deve comparecer à CPI do Sistema Financeiro, hoje, às 17h,

o economista Francisco Lopes, que era presidente do Banco Central quando houve desvalorização cambial e o BC empregou dinheiro para salvar os bancos Marka e FonteCindam, em janeiro passado. Os gastos da instituição nessas operações fazem parte das investigações da CPI. Existem cálculos apontando que a instituição teria perdido R\$ 1,7 bilhão com os dois bancos.

Além das operações Marka-FonteCindam, os senadores pretendem questionar Francisco Lopes sobre o bilhete encontrado pela polícia em seu apartamento, no qual seu ex-sócio na consultoria Macrométrica, Sérgio Bragança, afirma que Lopes possui uma conta no exterior no valor de US\$ 1,67 milhão:

– Eu vou perguntar pela conta, além das contradições que vi nos depoimentos que ele prestou à Polícia Federal e à comissão de sindicância do Banco Central – afirmou o relator da CPI, senador João Alberto (PMDB). O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) também quer questionar sobre a conta e sobre sua demissão do BC 18 dias depois de tomar posse.

Já o presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA), que não acredita em grandes surpresas no depoimento, ponderou que “ele, com certeza, sairá do depoimento bem melhor que da primeira vez”. Em 26 de abril, ao se recusar a assinar o compromisso de só falar a verdade à CPI, Francisco Lopes foi detido pela Polícia Federal a pedido de Bello Parga. Agora, Lopes comparece à comissão de inquérito respaldado em *habeas corpus* concedido pelo STF, o qual reconhece que o ex-presidente pode ficar em silêncio se a resposta puder comprometer-lo:



Lopes (E) esteve na CPI em abril passado, mas acabou preso por se recusar a assinar o compromisso de verdade

– O maior interessado em falar é o próprio Francisco Lopes; o seu silêncio passará à opinião pública a idéia de que tem alguma coisa a ocultar – observou ontem Bello Parga. Já o senador João Alberto ponderou que Lopes, “um professor renomado, deve ter interesse em esclarecer muita coisa, agora que a poeira assentou bastante”. O relator lamentou que até ago-

ra o STF não tenha julgado o mérito de mandados de segurança impetrados por pessoas investigadas pela CPI. Elas conseguiram liminares suspendendo decisões da comissão de inquérito sobre indisponibilidade de bens e quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal. “Investigar sem quebra de sigilo prejudica bastante o trabalho da CPI”, disse.

## Banqueiros e ex-presidentes do BC virão falar na CPI

A CPI que investiga denúncias de irregularidades no sistema financeiro tem extensa agenda de reuniões até o final deste mês, depois do depoimento hoje de Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central.

Na quinta-feira, às 15h, a CPI ouvirá os depoimentos do ex-presidente do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá, do ex-presidente do Banco Excel, Ezequiel Edmond Nasser, e do presidente do Banco Bilbao Vyscaia Brasil, Vicente Benedito Francês.

O ex-presidente do Banco Nacional, Marcos Catão Magalhães Pinto, e o presidente do Conselho Administrativo do Unibanco, Pedro Moreira Salles, vão depor na CPI na sexta-feira, às 10h. Os senadores vão questionar os depoentes sobre o Proer, o programa criado pelo governo para reestruturar o sistema financeiro nacional.

Na terça-feira da próxima semana (di a 24), às 17h, será tomado o depoimento do economista Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central. No dia 26, quinta-feira, às 15h, será a vez de outro ex-presidente do BC, Gustavo Franco, depor na comissão. Ele presidiu o BC antes do atual presidente, Armínio Fraga. Por último, a comissão tomará novo depoimento do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, no dia 27, sexta-feira, às 10h.

## Comissão recebe amanhã juiz que decretou a falência da Encol

A CPI do Judiciário ouve amanhã, a partir das 10h, o juiz Avenir Passo de Oliveira, titular da Vara de Falências e Concordatas de Goiânia. O magistrado é acusado de irregularidades na condução da falência da Encol por quatro advogados que prestaram depoimentos à comissão no último dia 4.

A revista *IstoÉ* publicou reportagem na qual os advogados Sérgio Mello da Paixão, Paulo Roberto Vianna Martins, Neiron Cruvinel e Waldomiro Azevedo acusam o juiz de ter recebido suborno no valor de R\$ 1 milhão para favorecer a construtora. À CPI, os advogados, que atuam na Vara de Falências, disseram que Avenir passou a apresentar sinais exteriores de riqueza depois de ter assumido o caso da construtora. Segundo Waldomiro Azevedo, o juiz, que em 1984 declarava ser proprietário de um carro e de um sítio em Goiânia, hoje tem uma mansão, um prédio comercial em Goiânia e um con-



Depoimento do juiz acusado de irregularidades por quatro advogados está marcado para amanhã na CPI

domínio em Trindade (GO).

Azevedo, que encaminhou suas denúncias também à Corregedoria Geral de Justiça e ao Ministério Público de Goiás, relatou que o juiz ignorou a lei falencial que determina

que o comissário e o síndico da concordata devem ser escolhidos entre os dois maiores credores da empresa. Segundo os depoentes, depois de aceitar a transferência da sede da empresa para Goiânia e o

pedido de concordata, o juiz teria nomeado pessoas que não estariam credenciadas, permitindo que o patrimônio da empresa fosse mal calculado, mal administrado e desviado.



# CE aprecia definição de escola comunitária

Também estará em pauta na reunião de hoje projeto do senador Edison Lobão, com parecer favorável, que prevê a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), reúne-se hoje, às 11h30, para deliberar, entre outros, sobre projeto que define escola comunitária, confessional e filantrópica para fins de recebimento de recursos públicos. Originário da Câmara dos Deputados, o projeto tem parecer favorável do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), nos termos de um substitutivo.

Na mesma reunião, a CE examina projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que prevê a reutilização dos livros didáticos no ensino fundamental e médio. Relator da matéria, o senador Freitas Neto tem parecer favorável, mas com emendas. De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), deverá ser votado projeto que dispõe sobre a proteção ao patrimônio fóssilífero. O senador Álvaro Dias



A Comissão de Educação discutirá uso de recursos públicos por escolas

(PSDB-PR) tem parecer favorável, também com emenda.

Deverão ser apreciados projetos da senadora Marina Silva (PT-AC), com parecer favorável do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), instituindo o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; e da ex-senadora Benedita da Silva, com parecer favorável de Romeu Tuma (PFL-SP),

instituindo o estudo dos Direitos Humanos na formação policial.

Da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), aguarda votação do projeto que incentiva os meios de comunicação social e de transporte a publicar fotografias com identificação e número telefônico de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados. O parecer do sena-

dor Amir Lando (PMDB-RO) é favorável. Também em favor de desaparecidos, consta da pauta projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias de serviços de radiodifusão destinarem pelo menos dois minutos diários à divulgação de informações sobre esses menores.



Edison Lobão

## Projeto cria incentivo a destinação social de imóvel

Para tentar conter as irregularidades dentro dos programas de desenvolvimento urbano de caráter social, o senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentou um projeto de lei instituindo como diretriz para esses programas ações que estimulem o cumprimento de suas normas. O senador pretende com isso, via vantagens fiscais e decréscimos no valor do imóvel, que o beneficiário dos programas habitacionais se sinta estimulado a seguir as regras, principalmente a proibição de transferência do imóvel, pelas vantagens progressivas que seu cumprimento lhe trará.

Há várias proibições e sanções previstas por lei, mas, segundo Edison Lobão, não surtem muito efeito. Na prática, as condições de pobreza que caracterizam os beneficiários desses programas habitacionais acabam por gerar operações informais que as restrições legais não conseguem coibir. Pressionados por compradores de renda superior, os beneficiários acabam por transferir, precoce e ilicitamente, a unidade habitacional. Como resultado, disse Lobão, fica prejudicado o objetivo social dos programas.

— Fundado nessa realidade, esse projeto, em contraste com as iniciativas de índole punitiva, busca instituir mecanismos de estímulo como alternativa para alcançar o mesmo louvável objetivo. Vantagens progressivas para os que cumpram as normas dos programas tenderão a ser mais eficazes que o risco de punições sabidamente inaplicáveis — justificou o senador. O projeto foi enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para decisão terminativa.

## Programação monetária será analisada pela CAE

A manutenção do crescimento da economia em cerca de 1% em relação ao mesmo período do ano passado e a manutenção dos níveis de diminuição do déficit público estão entre as previsões da Programação Monetária para o terceiro trimestre deste ano. Parecer do senador Luiz Octávio, (PPB-PA) favorável à mensagem presidencial será discutido hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, em reunião marcada para as 10h.

A mensagem sinaliza para a con-

tinuidade do controle dos gastos públicos. “Para a evolução adequada do ajuste fiscal corroboram a tendência decrescente das taxas de juros, a trajetória do nível de atividade econômica e o processo de reversão da sobrevalorização do câmbio, iniciado em março”, explica o documento. A programação monetária faz também previsões otimistas sobre a balança comercial.

A CAE vota também autorização para a contratação de empréstimo com o Banco Internaci-

onal para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird), no valor de U\$ 15 milhões, destinado a financiar o Projeto Emergencial de Prevenção e Controle de Incêndios na Amazônia.

A comissão, que é presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), se reúne novamente às 17h para ouvir a exposição do secretário de Logística e Tecnologia de Informação do Ministério do Orçamento, Solon Lemos Pinto, sobre os impactos tecnológicos e econômicos do chamado *bug* do milênio.



Luiz Octávio apresentou parecer favorável à mensagem presidencial

PROJETOS, DISCURSOS, VOTAÇÕES...



ACOMPANHE AS ATIVIDADES DO SENADO

WWW.SENADO.GOV.BR

# Médico descreve na CAS realidade de Carandiru

Durante palestra que contou com a presença do senador Antonio Carlos Magalhães, o epidemiologista Dráuzio Varella diz que o presídio é retrato de sistema que não consegue evitar surgimento de criminosos

A realidade do presídio do Carandiru foi descrita ontem em detalhes pelo médico e epidemiologista Dráuzio Varella perante os membros da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A palestra contou com a presença do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Em seu depoimento, considerado realista pelo presidente da comissão, senador Osmar Dias (PSDB-PR), Varella contou sobre o dia-a-dia de uma instituição que só está formalmente sob o controle do Estado. Superlotado e em más condições, o Carandiru é o retrato de um sistema que não consegue prevenir o surgimento de criminosos, punir os que enveredam pelo crime e recuperar os que são presos.

— Muito poucos se recuperam, basicamente os que aderem a uma religião — disse o médico, que faz um trabalho voluntário de saúde no presídio.

Varella relacionou à impunidade, principalmente, o aumento da criminalidade, mas disse que fatores sociais como o desemprego agravam o quadro. O médico, autor do livro *Estação Carandiru*, acredita que a diminuição do desemprego e o desenvolvimento de projetos com o envolvimento da comunidade possam ajudar a impedir que cidadãos se transformem em marginais.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) chamou a atenção para a importância do relato de Varella e do seu trabalho no Carandiru, que já dura 17 anos. Nesse período o número de casos de Aids caiu de 17,3% para 8% entre os pesquisados. O médico conseguiu adesão ao programa ao ganhar a confiança dos detentos e usar linguagem acessível como a das histórias em quadrinhos.

Entretanto, uma mudança imprevisível nos hábitos dos detentos — a substituição da cocaína injetável pelo crack como droga de largo uso — é que pode ter sido a causa da diminuição do número de casos de Aids entre os presos, segundo o próprio Varella, coordenador do programa de combate à Aids aplicado naquela prisão pela Universidade Paulista (Unip).

Além de Suplicy, saudaram o pronunciamento de Varella as senadoras Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Marina Silva (PT-AC). Maria do Carmo acredita que a realidade do Carandiru é generalizada no país. Marina Silva acha que a sociedade precisa de orientação do poder público para se tornar mais atuante.

O senador Tião Viana (PT-AC) pediu esclarecimentos sobre o uso do coquetel contra a Aids pelos presos, enquanto Osmar Dias recebeu elogios de Varella ao seu projeto que prevê a distribuição gratuita de analgésicos a pacientes com câncer.



O depoimento de Dráuzio Varella (à direita) foi considerado "realista" pelo presidente da CAS, senador Osmar Dias

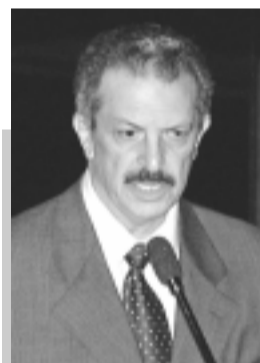
## Tuma sugere inclusão de mensagem educativa em publicidade institucional

A publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá veicular mensagens de caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. É o que estabelece projeto de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que regulamenta dispositivo constitucional sobre a matéria.

Segundo a proposta do senador por São Paulo, encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Ci-

dadania em caráter terminativo, a publicidade institucional dos órgãos públicos, além de conteúdo educativo, deverá orientar e estimular a população ao pleno exercício dos direitos da cidadania, como também, à adoção e ao desenvolvimento de hábitos de higiene e preservação da saúde.

No tocante à publicidade sobre obras e serviços, por exemplo, o projeto estabelece que somente poderá ser



Romeu Tuma pretende dificultar promoção pessoal de autoridades

veiculada nos meios de comunicação após conclusão parcial ou total da obra, segundo as especificações do projeto original básico. Nesse sentido, o senador paulista disse que a proposta impede que o político ou servidor público, quando investido de função executiva no governo, venha a "utilizar-se de obras, necessárias ou não, úteis ou perfunctórias, para autopromoção".

## Estevão propõe acesso gratuito de idosos a parques nacionais

Qualquer pessoa com mais de 60 anos poderá ter acesso gratuito a parques nacionais ou a locais de preservação ambiental abertos à visitação pública, caso seja aprovado projeto de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Na justificativa do projeto, o senador argumenta que, mesmo após cinco anos de edição da lei que criou a Política Nacional do Idoso, o problema das pessoas de maior idade ainda não foi equacionado de maneira séria pela sociedade, que não adotou "medidas concretas para seu bem-estar e sua participação ativa em nosso convívio".

Estevão observa que a maioria dos idosos recebe pouco mais de um salário mínimo como renda, o



Luiz Estevão lembrou que a maioria dos aposentados recebe pouco mais de um salário mínimo

que, praticamente, impede que freqüente esses ambientes de preservação, onde sempre tem que pagar o ingresso.

## Maggi quer fim de classificação obrigatória de produtos vegetais

Projeto apresentado pelo senador Blairo Maggi (sem partido-MT) suprime, para produtores e empresas agrícolas privados, o caráter compulsório da classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, destinados à comercialização interna. A matéria foi encaminhada ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na justificativa, o senador por Mato Grosso argumenta que a manutenção do caráter compulsório desse serviço, questionado pelos produtores e empresas do setor,

resulta na existência de um sistema "cartorial", o que, segundo o senador, é absolutamente incompatível com a realidade atual do país, sobretudo com o processo de desregulamentação da economia em curso. "O fato prejudica e onera os produtores e empresas e a sociedade em geral, de maneira desnecessária", frisou.

Maggi acrescenta que a classificação compulsória de produtos vegetais só atende a interesses das secretarias estaduais de Agricultura e entidades e profissionais beneficiados por este procedimento,

que se torna uma fonte segura de recursos, arrecadados obrigatoriamente dos produtores e empresas agrícolas, "e pagos, no final da cadeia, pelo consumidor".

A aprovação de seu projeto, afirma o senador, resultará na redução de custos e na melhoria do nível de competitividade dos produtos agrícolas brasileiros.



Blairo Maggi prevê redução de custos com aprovação de projeto

# Alcântara vê inconsistência em estudo sobre mulher

Ao lembrar que a participação feminina no quadro de funções de nível superior alcança 42,2% do total, o senador contesta documento da Secretaria de Administração que aponta discriminação no serviço público

Com base no estudo *Diagnóstico da Situação da Mulher na Administração Pública Federal em 1999*, realizado pela Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) chamou atenção para o que classificou de "inconsistência" na análise da "participação qualitativa" das mulheres nos cargos e carreiras do serviço público federal.

Segundo o senador, o estudo surpreende porque demonstra existir um equilíbrio na divisão de cargos em nível superior, intermediário e auxiliar, mas diz que "o mesmo não pode ser afirmado em relação à participação qualitativa das mulheres nos cargos e carreiras da administração federal".

— Somente consigo entender uma tal conclusão defeituosa, por presença de algum desejo inconsciente de seus formuladores em encontrar alguma discriminação con-



Lúcio Alcântara acredita que mulheres se saem melhor quando dependem de sua competência

tra a mulher no âmbito do serviço público federal. O equilíbrio quantitativo a que o estudo se refere é representado pelo número de 56,6% de homens contra 43,8% de mulheres no serviço público federal. Já os números para funções de nível superior são respectivamente 57,5% e

42,2%. Haverá grande diferença entre uma participação quantitativa feminina de 43,8% e uma participação qualitativa de 42,2%? — indagou o senador.

Para Lúcio Alcântara, os próprios números apurados pelo estudo desmentem uma possível discriminação contra a mulher no âmbito do serviço público federal. De acordo com o senador, a pouca participação feminina ocorre na área dos cargos comissionados, de indicação política, os DAS do serviço público federal, onde o número de mulheres vai diminuindo à medida em que o nível do DAS torna-se mais alto.

— Vê-se assim que, quando dependem de sua própria competência, sendo o meio de acesso ao serviço público o concurso, as mulheres saem-se melhor do que quando dependem da indicação política — avaliou o senador.

## Romero Jucá anuncia debate sobre privatização de teles

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) anunciou para hoje, às 18 horas, a realização de sessão conjunta das comissões de Fiscalização e Controle — por ele presidida — e de Infra-Estrutura, presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), para ouvir o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, sobre os resultados do primeiro ano de privatização das telecomunicações.

Também serão ouvidas autoridades

da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), entre elas o presidente Renato Guerreiro, disse Jucá. "Em especial, eles falarão sobre as ações de punição e cobrança que a Anatel empreenderá quando as empresas privatizadas não cumprirem seus compromissos."

Jucá anunciou, ainda, a criação de uma cadeira de Direito Amazônico, na Universidade Federal de Roraima. "Trata-se de uma iniciati-



Jucá elogiou a criação da cadeira de Direito Amazônico na Universidade Federal de Roraima

va que demonstra o interesse de professores e alunos nos temas que cercam as especificidades da região", ressaltou.

## Mauro Miranda pretende manter estímulo à irrigação

A União poderá prorrogar por dez anos a aplicação de percentuais mínimos do total dos recursos previstos no Orçamento para a irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste — 20% e 50%, respectivamente — caso venha a ser aprovada emenda constitucional de autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO). Na avaliação do senador, que anunciou a apresentação da proposta em plenário, a prorrogação do prazo é vital para que projetos considerados



Mauro recorda progresso obtido no Nordeste e no Centro-Oeste

prioritários tenham retorno garantido a médio prazo.

Mauro Miranda lembrou que durante a Constituinte foi aprovado dispositivo de sua autoria obrigando a União a aplicar naquelas duas regiões, pelo período de 15 anos, percentuais mínimos dos recursos orçamentários para a área de irrigação.

— Depois de quase 11 anos dessa conquista, apesar de ainda não termos obtido resultados ideais, mantenho a convicção de que

essa iniciativa, que teve a honra de defender, foi mais do que acertada e justa. Assim, mesmo faltando ainda cerca de três anos para terminar sua vigência, resolvi tomar a decisão de apresentar nova proposta no sentido de prorrogá-la por mais dez anos — afirmou o senador.

Ele observou que a região do Vale do São Francisco é o maior exemplo do sucesso da agricultura com alta produtividade, qualidade e lucros crescentes em terras irrigadas. Conforme notou, áreas rurais lideradas por Petrolina e Juazeiro estão sendo apontadas como a "Califórnia brasileira".

— Regiões do Centro-Oeste e Nordeste progrediram bastante com o sistema de irrigação e poderão progredir ainda mais se ficarmos alertas para a defesa desse tipo de investimento público — afirmou Mauro Miranda.

## Eduardo Siqueira Campos registra inauguração de centro de pesquisas

É preciso que governos e comunidade adotem medidas urgentes objetivando estancar a sangria a que está submetida a Terra, preservando o meio ambiente, disse o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), ao registrar a inauguração, no estado do Tocantins, do Centro de Pesquisas Canguçu, primeiro no Brasil e único na América Latina destinado especificamente a pesquisas ambientais.

Eduardo Siqueira Campos disse que a proclamação do fim dos tempos, com a ocorrência na quarta-feira passada do último eclipse solar, assunto predominante na imprensa nos últimos dias, foi um engodo que só serviu para assustar os mais ingênuos e carrear "polpudos recursos para setores da mídia e dos promotores de eventos pretensamente espiritualistas".

— Em verdade, não é um fenômeno natural que dará cabo da Terra, mas a ação predatória do homem contra a natureza, que vem provocando, com sua ganância incontida, a poluição do solo, das águas e do ar, a destruição das florestas e até da camada de ozônio — afirmou.

Eduardo afirmou que a inauguração do centro de pesquisas, que contou com a presença do governador do estado, José Wilson Siqueira Campos, e do mi-

nistro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, faz parte da permanente preocupação preservacionista do Executivo estadual, que preconiza o progresso com respeito à natureza.

Ele assinalou que o Centro de Pesquisas Canguçu vai buscar alternativas para a redução da emissão de gases causadores do efeito estufa e que, na mesma Ilha do Bananal onde está instalado o programa, já existe o Projeto Seqüestro de Carbono, que abrange dois milhões de hectares e três ecossistemas: floresta, pântano e cerrado. O governador, informou Eduardo Siqueira Campos, aproveitou a ocasião para lançar o Projeto Araguaia, que tem por finalidade combater a voçoroca, recuperar as matas ciliares e evitar o assoreamento.



Eduardo Siqueira Campos propõe ação conjunta em defesa da preservação do meio ambiente

## Senador elogia resultados obtidos pela *Micarecandanga*

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) parabenizou ontem o realizador da *Micarecandanga*, Sérgio Maione, pelo sucesso alcançado pelo evento, realizado no último fim de semana em Brasília. O senador também parabenizou o governo do Distrito Federal.

"Durante três dias, a *Micarecandanga* reuniu 70 mil pessoas por noite e criou cinco mil empregos diretos provisórios", disse o senador, destacando que os hotéis de Brasília ficaram comple-

tamente lotados. Eduardo informou, também, que a *Micarecandanga* deste ano foi a que registrou o menor número de ocorrências policiais. O senador, que levou os filhos para a festa, disse ter ficado tranqüilo ao constatar o grande aparato de segurança montado para o evento.

Para o senador, os eventos como a *Micarecandanga*, já espalhados por todo o país, são uma vertente turística que demonstrou ser grande distribuidora de riquezas, gerando empregos e renda alternativos.

# Ademir teme corrupção nas eleições municipais

Senador defende que prefeitos sejam obrigados a pedir licença do cargo para tentar a reeleição. Ele afirma que mudanças na lei que estão sendo discutidas dificultam a vida dos pequenos partidos

## Amorim apóia movimento ruralista e diz que verba para crédito é insuficiente

A agricultura e a pecuária respondem com US\$ 358 bilhões dentro do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil, contra US\$ 71 bilhões do comércio, US\$ 37 bilhões da química e petroquímica, US\$ 26 bilhões da indústria automobilística, US\$ 21 bilhões da metalurgia e US\$ 14 bilhões dos eletroeletrônicos.

É o que revelou ontem o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) ao declarar seu apoio à manifestação dos produtores rurais, em Brasília, para reivindicar mais atenção do governo para o setor. O senador aproveitou a ocasião para registrar a realização da Semana do Produtor Rural, em Ariquemes (RO), na semana passada, com a presença de várias autoridades.

Amorim afirmou que a potencialidade de crescimento do setor agrícola é enorme, já que o próprio governo cadastrou mais de 90 milhões de hectares de terras aptas para a agricultura, ainda não utilizadas. Ele apresentou dados demonstrando que em 1986/87 o crédito agrícola atingia no país o volume de US\$ 33,2 bilhões e em 1998/99 caiu para US\$ 7,6 bilhões, quatro vezes menos do que em 1986. Para a safra 1999/2000 o governo anunciou recursos da ordem de US\$ 13,1 bilhões, insuficientes, segundo o senador, para atingir a meta governamental de 100 milhões de toneladas de grãos no ano 2000:

— Tomara que a visita do presidente



Amorim: visita de FHC à Amazônia deveria sensibilizá-lo para os problemas da região

Fernando Henrique Cardoso à região amazônica faça com que ele veja a necessidade de se investir alguns centavos na região — disse Amorim, ressaltando esperar que o governo dê prioridade a determinados segmentos como a pecuária e a fruticultura, o que é defendido também, segundo ele, pelo ministro da Agricultura, Pratini de Moraes.

Depois de revelar que as vendas de frutas para o exterior podem chegar a US\$ 2 bilhões em 2002 e a exportação de carne a US\$ 1 bilhão no ano 2000, o parlamentar disse que Rondônia pode contribuir de forma efetiva para alcançar este patamar, mas, para isso, o estado necessita de investimentos nestes setores.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) manifestou-se contra o argumento do presidente do PFL, Jorge Bornhausen (SC), e do líder do PSDB, Sérgio Machado (CE), de que não há mais tempo para aprovar lei que obrigue os prefeitos candidatos à reeleição a deixarem o cargo antes do pleito. Ele sustentou que, no Brasil, os governos sempre adotaram manobras para ganhar eleições.

Conforme Ademir Andrade, na semana passada, numa reunião para discutir a reforma política, os líderes do PMDB, Jader Barbalho (PA), e do PFL, Hugo Napoleão (PI), tentaram mostrar a necessidade de, não se podendo mais impedir que os atuais prefeitos tentem se reeleger, que pelo menos a lei eleitoral adote empecilhos para “impedir a corrupção generalizada que se implantou no país no processo de reeleição”.

O senador relatou que, só no Pará, na eleição passada, o governador vendeu a Centrais Elétricas e, em três meses, “torrou todo esse dinheiro no processo eleitoral, firmou convênios com inúmeras prefeituras e repassou dinheiro para que elas realizassem obras, muitas das quais não chegaram a ser exe-



Ademir afirma que mudanças favorecem apenas aos grandes partidos governistas

cutadas”. Também afirmou que, no Piauí, Hugo Napoleão “enfrentou demandas administrativas do governador Mão Santa, o qual chegou até a perdoar o pagamento de contas de água e luz de centenas de pessoas”.

Na opinião de Ademir Andrade, o Legislativo precisa aprovar uma norma que obrigue o prefeito candidato à reeleição a desincompatibilizar-se três, quatro ou seis meses antes do pleito, “a fim de disputar de maneira decente”. Ele não entende por que Bornhausen e Sérgio

Machado foram radicalmente contrários a essa idéia, e considerou “absurda a desculpa de que não haveria mais tempo para tratar dessa questão”. Para o senador, a argumentação dos dois líderes não tem o menor fundamento, até porque um mês e meio, em sua opinião, é tempo suficiente.

Conforme o parlamentar, se não houvesse tempo para isso, não haveria também para as quatro modificações que esses líderes desejam adotar para as eleições do ano 2000 e que, em sua opinião, visam apenas fortalecer os grandes partidos. Referia-se às mudanças que implicam dobrar o fundo partidário, proibir coligações proporcionais, triplicar o número de vagas para as câmaras de vereadores e antecipar a exigência da cláusula de barreira, que fixa um coeficiente eleitoral mínimo para que os partidos tenham representatividade.

“São decisões que favorecem os grandes partidos, que apóiam o governo, e dificultam a vida dos pequenos”, disse Ademir Andrade. “É um jogo que não é correto e o Congresso e os partidos devem ficar atentos para evitar esse tipo de manobra”, aconselhou.

## Lobão defende manutenção das regras

O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu a manutenção nas regras para as eleições municipais do ano 2000, garantindo a possibilidade de reeleição para prefeitos, sem a necessidade de desincompatibilização. Lobão alega que seria casuismo impor aos prefeitos regras diferentes daquelas aplicadas nas eleições de 1998, que reelegeram o presidente da República e diversos governadores. Os comentários foram feitos ontem após pronunciamento do senador Ademir Andrade (PSB-PA), que criticou a reeleição de prefeitos e outras alterações na legislação:

— O presidente e os governadores foram reeleitos sem desincompatibilização. Como explicar que os prefeitos não possam? Votei pela reeleição em todos os níveis e me confesso arrependido. Sou favorável às mudanças, mas não



Lobão disse que emenda de Valadares será solução para cláusula de barreira

para as próximas eleições — opinou o senador maranhense.

Posição semelhante foi manifestada pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO). “Estou bastante à vontade para

falar já que sempre fui contra o instituto da reeleição mas não vejo como mudar as regras durante o jogo”, observou. Já o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que nenhum país que adotou a reeleição o fez com desincompatibilização. “Além disso, não temos condições morais de negar este direito aos prefeitos”, alertou.

Lobão, relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, informou que o problema da cláusula de barreira (que impediria a atuação parlamentar de partidos com número de votos insuficiente nas eleições para o Congresso Nacional) deve ser solucionado com adoção de emenda de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que permite a formação de federações partidárias pelos pequenos partidos.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h55 — Senado em Pauta  
7h — Saúde Todo Dia — Judô  
7h30 — Especial Unip - Adolescentes e as drogas  
7h55 — Senado em Pauta  
8h — Jornal do Senado  
8h25 — Senado em Pauta  
8h30 — Entrevista  
8h55 — Senado em Pauta  
9h — Mulheres em Destaque — Entrevista com a senadora Heloisa Helena (reapresentação)  
9h30 — Cores do Brasil — São Luiz do Maranhão  
9h55 — Senado em Pauta  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Educação (gravada)  
13h30 — Mulheres em Destaque — Entrevista com a senadora Heloisa Helena (reapresentação)  
14h — Especial — Descobrimiento do Brasil  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — CPI dos Bancos — Depoimento do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes  
Logo após — Comissão de Infra-Estrutura — Audiência pública sobre o primeiro ano de privatização do Sistema Telebrás, com a presença do ministro das Comunicações,

Pimenta da Veiga, do presidente da Anatel, Renato Guerreiro, entre outros  
Logo após — Jornal do Senado  
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — Agenda Senado  
Em seguida — Música e informação  
9h — Comissão de Assuntos Econômicos  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — “A Voz do Brasil”  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Nordeste”  
Em seguida — Música e informação  
21h — “Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste”  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste”  
Em seguida — Música e informação  
0h — Plenário do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

## José Jorge pede solução para drama de prefeitos

Em apelo ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o senador José Jorge (PFL-PE) solicitou ontem mais atenção aos problemas que Pernambuco vem sofrendo, castigado pela longa estiagem. Ele leu documento elaborado pela Associação Municipalista de Pernambuco, reunida na semana passada em Recife, e informou que vai haver um movimento no próximo dia 25, quando prefeitos de 12 municípios irão paralisar suas atividades econômicas e decretar feriado como advertência. O senador pede que o governo analise as reivindicações do estado e se antecipe ao movimento dando uma resposta posi-

va a suas preocupações.

O estado sofre, segundo ele, com três anos de seca, uma produção quase nula, o quase esgotamento das reservas de água, os sucessivos atrasos no pagamento dos alistados nas frentes produtivas, o pequeno número de cestas básicas e a deteriorização da atividade econômica.

Entre as principais reivindicações estão: elevar o valor mínimo pago mensalmente a cada alistado para R\$ 136,00, sendo 60% destinado ao pagamento de mão-de-obra e 40% aos municípios; transferir para a esfera de decisão dos municípios a definição do



José Jorge: prefeitos farão protesto no dia 25, pedindo socorro ao governo FHC

Plano de Ação Municipal; ampliar o número atual de alistados nas frentes produtivas, e estabelecer um programa especial de incentivos fiscais às pequenas e microempresas.

# Suplicy alerta para riscos de intervenção na Colômbia

Senador ressalta a importância de o governo brasileiro se esforçar em busca de uma solução pacífica para o país vizinho

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) alertou o plenário ontem para o risco de intervenção norte-americana na Colômbia. Em sua opinião, é cada vez mais concreta a possibilidade de as forças armadas americanas interferirem diretamente na guerra civil que acontece na Colômbia, podendo essas ações repercutir na Amazônia. "Eu gostaria que o presidente Fernando Henrique fosse mais incisivo em alertar que não queremos ações militares na Amazônia", afirmou.

Suplicy destacou o quanto é importante que o governo brasileiro se esforce para que haja uma solução pacífica na Colômbia. E alertou que, se naquele país as desigualdades levaram uma enorme parcela da população a optar pela guerrilha, no Brasil a situação da pobreza também é grave. Segundo o senador, aqui também há uma guerra civil traduzida nos assaltos, seqüestros e crimes de toda natureza, "em razão das precaríssimas condições de vida de grande parte da população".

Na análise do parlamentar, se o



Suplicy diz que gostaria que o presidente fosse mais incisivo na oposição a ações norte-americanas na Amazônia

presidente Fernando Henrique Cardoso tem adotado posições contra a hegemonia americana, tem também tomado decisões que denotam subserviência. Referia-se ao fato de o presidente brasileiro ter ido ao Peru condecorar Alberto Fujimori, o qual tem demonstrado interesse na idéia esboçada por Bill Clinton de juntar tropas de países sul-americanos numa força de intervenção militar capaz de impedir o transbordamento da guerra civil colombiana.

No entender de Suplicy, é importante que o Brasil esteja atento para

dizer ao governo dos Estados Unidos que não quer qualquer tipo de interferência de natureza militar na região amazônica. Ele fez referências a matéria publicada pela revista *Época* e a artigo do professor de Sociologia Emir Sader, publicado na *Folha de S. Paulo*, sobre o assunto.

Em apertados, os senadores Tião Viana (PT-AC), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e Ernandes Amorim (PPB-RO) alertaram para a necessidade de o governo federal fazer-se mais presente na região Norte, a fim de proteger as fronteiras brasileiras.

## Carlos Patrocínio pede rigor no combate ao desperdício de água

A escassez de água deverá ser um dos maiores problemas da Humanidade no próximo século, alertou ontem o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Ele defendeu uma legislação mais rigorosa para coibir o desperdício da água. "Comparando com os anos 70, cada habitante do planeta deixou de contar com um terço da água", disse.

— Apesar de o Brasil ser um país privilegiado, contando com cerca de 20% dos recursos hídricos disponíveis no mundo, o fato de diversos países já se preocuparem com a questão deve servir de alerta para as autoridades brasileiras — avaliou Patrocínio, lembrando que 23 nações vivem situação crítica com relação a esse recurso. Para o senador pelo Tocantins, apesar de farta, a água no Brasil é mal distribuída.

Carlos Patrocínio citou as iniciativas do governo do Tocantins, que já se prepara para uma futu-



Carlos Patrocínio observou que, apesar de farta, a água no Brasil é mal distribuída

ra escassez. O governo do estado, de acordo com o senador, está realizando obras para evitar o esgotamento dos mananciais. "A cada ano os mananciais secam mais cedo", informou. Ainda de acordo com Patrocínio, o governo to-

cantinense construirá quatro mil cacimbas para atender o sudeste do estado, região crítica no que diz respeito aos recursos hídricos, além de instalar barragens em rios menores de forma a perenizar os mananciais.

Em aparte, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) acrescentou que deverão ser inauguradas, nos próximos anos, mais seis grandes usinas hidrelétricas no estado, "o que fará do Tocantins um dos maiores reservatórios de água do mundo". O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) defendeu a exploração dos lençóis freáticos presentes na região como forma de combater a seca, sugerindo para isso a utilização da tecnologia de prospecção de petróleo obtida pela Petrobras.

## Marina quer regulamentar pesquisa científica no país

A líder da oposição no Senado, Marina Silva (PT-AC), fez um alerta ontem para a necessidade de se regulamentar a pesquisa científica no Brasil como forma de evitar a biopirataria e a ação de cientistas estrangeiros de má-fé, que se valem dos recursos biológicos da Amazônia, patenteiam suas descobertas e ganham milhões de dólares, sem dar qualquer retorno para as populações da região.

Marina defendeu urgência na regulamentação da pesquisa científica, lembrando que o Brasil não tem leis que regulamentem essa área.

— Não temos leis, somente portarias. Um projeto aprovado no Senado está parado na Câmara há mais de um ano. Uma comissão especial, criada no início do ano, não começou seus trabalhos por-



Para Marina, não é possível hoje diferenciar um biopirata de um cientista

que espera que a base do governo assumira seus postos ao lado dos integrantes da oposição. Se existem divergências com o Executivo, vamos negociá-las sem prejudicar o desenvolvimento científico — disse a senadora.

Marina citou reportagem da revista *Veja*, mostrando as dificuldades que estão cerceando a pesquisa científica no Brasil, "vítima da bioparanóia que está tomando conta dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização e controle das atividades de pesquisa da fauna e flora".

Para Marina, a pesquisa feita com a parceria dos cientistas brasileiros é sempre bem-vinda. "Mas sem uma lei clara e eficaz não é possível diferenciar um biopirata de um cientista sério e responsável", acrescentou.

## Nabor esclarece que lutou por verbas para rodovias

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) leu em plenário, ontem, carta do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, em que este confirma o empenho do senador pelo repasse de verbas para asfaltamento de rodovias ao governador do Acre, Jorge Viana. "Ninguém no Acre lutou tanto por essas verbas", disse o senador.

Segundo Nabor, o jornal *Página 20* publicou nota acusando a bancada do PMDB de ter feito pressões junto a Padilha para que não repassasse as verbas das rodovias para o governador, que é da oposição. "O clima de infâmias e de ódio irracional implantado no Acre parece que jamais chegará ao fim. Mentir sempre, porque algo ficará das mentiras espalhadas", disse, citando Maquiavel.

O senador afirmou que, embora o jornal tenha publicado o desmentido de Padilha, "ao mesmo tempo insinuou ter havido 'focacas', cobrando o nome de pretensos responsáveis. A opinião pública do estado não se deixará enganar. Não é por acaso que tenho sido honrado, nos últimos 40 anos, por mandatos sucessivos de deputado, governador e senador", enfatizou.



Nabor Júnior garante que ninguém lutou tanto pelas verbas das rodovias quanto ele

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC), que também foi envolvido no episódio, reconheceu que a imprensa do estado, às vezes, se equivocava. "Mas quero dar o episódio como encerrado, uma vez que o governador já se encontra percorrendo os 400 quilômetros da rodovia Rio Branco—Cruzeiro do Sul e anunciando, à população, a próxima visita do presidente Fernando Henrique Cardoso para liberar os recursos para asfaltamento."

Também em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que os homens públicos sempre são vítimas de calúnias, e por isso "não devemos esperar a justiça de nossos contemporâneos".